

COORDENADOR
**PEDRO
LENZA**

Celso Spitzcovsky

Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP

DIREITO ADMINISTRATIVO

9^a
edição

Revista e
atualizada

COLEÇÃO
**ESQUE
MATI
ZADO[®]**

 **saraiva** *jur*

■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 20.01.2026

■ O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2026 by SRV Editora Ltda.

Publicada pelo selo Saraiva Jur

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da SRV Editora Ltda.

■ O conteúdo desta obra é original e protegido por direitos autorais e não se destina ao uso para treinamento de sistemas de Inteligência Artificial (IA), aprendizado de máquina, mineração de dados ou qualquer outra finalidade similar sem autorização prévia por escrito.

■ Capa: Tiago Dela Rosa

■ CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

S747d

9. ed.

Spitzcovsky, Celso

Direito administrativo / Celso Spitzcovsky. - 9. ed., rev. e atual - Rio de Janeiro [RJ] : Saraiva Jur, 2026.

(Coleção esquematizado*)

Material suplementar

ISBN 978-65-5177-111-8

1. Direito administrativo - Brasil. I. Título. II. Série.



26-102624.0

CDU: 342.9(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

2.6.	Súmulas sobre princípios constitucionais da Administração Pública	82
2.6.1.	Súmulas do STF	82
2.6.2.	Súmulas vinculantes	83
2.6.3.	Súmulas do STJ	83
2.7.	Questões	<i>online</i>
3.	DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	85
3.1.	Noções gerais e definição	85
3.2.	Hipóteses previstas na Lei n. 8.429/92: noções gerais	87
3.2.1.	Extensão das hipóteses de improbidade: por atos, omissões, por danos materiais e danos morais	88
3.3.	Da ação voltada a combater atos de improbidade administrativa	96
3.3.1.	Da legitimidade ativa	97
3.3.2.	Da legitimidade passiva	98
3.3.2.1.	A questão relacionada aos agentes políticos	99
3.3.2.2.	A questão relacionada aos particulares	100
3.3.3.	Parâmetro para a aplicação de sanções: qual o cargo a ser considerado? ...	102
3.3.4.	Foro competente	103
3.4.	Das sanções	104
3.4.1.	Indisponibilidade de bens	104
3.4.2.	Suspensão de direitos políticos	108
3.5.	Acordo de não persecução civil	109
3.6.	Gradação da intensidade das sanções	112
3.7.	Itens a serem considerados para a aplicação de sanções	115
3.8.	Requisitos desnecessários para a aplicação das sanções	117
3.9.	Transferência de sanções para herdeiros ou sucessores	118
3.10.	Da sentença	119
3.11.	Das disposições penais	122
3.12.	Prescrição	123
3.13.	A Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	127
3.13.1.	Importância	127
3.13.2.	Origem	128
3.13.3.	Objeto	128
3.13.4.	Extensão	128
3.13.5.	Perfil da responsabilidade	128
3.13.6.	Hipóteses configuradoras de responsabilização	129
3.13.7.	Das sanções	130
3.13.8.	Prescrição	134
3.13.9.	Da possibilidade de responsabilização da Administração por omissão	134
3.13.10.	Do Decreto n. 11.129/2022	134
3.14.	Quadro sinótico	135
3.15.	Súmulas sobre improbidade e imoralidade administrativa	136
3.15.1.	Súmula do STF	136
3.15.2.	Súmula vinculante	136
3.15.3.	Súmulas do STJ	136
3.16.	Questões	<i>online</i>

4. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO	137
4.1. Noções gerais	137
4.1.1. Abuso de poder — Lei n. 13.869/2019	138
4.2. Espécies	140
4.2.1. Poder vinculado	140
4.2.2. Poder discricionário	141
4.2.3. Poder hierárquico	142
4.2.4. Poder disciplinar	144
4.2.5. Poder normativo ou regulamentar	148
4.2.6. Situação existente no Brasil	149
4.2.6.1. Poder de polícia	152
4.2.6.1.1. Atributos do poder de polícia	158
4.2.6.1.2. Remuneração	159
4.2.6.1.3. Polícia administrativa X polícia judicial	160
4.2.7. Poder de império ou extroverso	160
4.3. Quadro sinótico	161
4.4. Súmulas sobre poderes da administração	162
4.4.1. Súmulas do STF	162
4.4.2. Súmulas vinculantes	162
4.4.3. Súmula do STJ	162
4.5. Questões	<i>online</i>
5. ATOS ADMINISTRATIVOS.....	163
5.1. Definição	163
5.2. Requisitos de validade	164
5.2.1. Competência	164
5.2.2. Forma	165
5.2.3. Objeto	166
5.2.4. Finalidade	166
5.2.5. Motivo e a teoria dos motivos determinantes	166
5.3. Atributos do ato administrativo	169
5.3.1. Presunção de legitimidade	169
5.3.2. Autoexecutoriedade	169
5.3.2.1. Cláusulas de reserva judicial	170
5.3.3. Imperatividade	170
5.3.4. Tipicidade	171
5.3.5. Coercibilidade	172
5.4. Classificação dos atos administrativos	172
5.4.1. Quanto aos destinatários	172
5.4.2. Quanto ao alcance	172
5.4.3. Quanto ao objeto	172
5.4.4. Quanto ao grau de liberdade conferido ao administrador	173
5.4.5. Quanto à formação do ato	174
5.4.6. Quanto à perfeição, validade e eficácia	175
5.5. Espécies de atos administrativos	176
5.5.1. Atos normativos	176
5.5.2. Atos ordinatórios	176
5.5.3. Atos negociais	177

5.5.4.	Atos enunciativos.....	177
5.5.5.	Atos punitivos.....	177
5.6.	Formas de extinção.....	177
5.6.1.	Anulação.....	178
5.6.2.	Revogação.....	179
5.6.3.	Outras modalidades de extinção.....	180
5.7.	Convalidação dos atos administrativos	181
5.8.	Formas de controle	182
5.9.	Quadro sinótico	183
5.10.	Súmulas sobre atos administrativos.....	184
5.10.1.	Súmulas do STF	184
5.10.2.	Súmula vinculante	184
5.11.	Questões	<i>online</i>
6.	ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	185
6.1.	Estrutura da Administração.....	185
6.1.1.	Noção geral.....	185
6.2.	Estrutura direta da Administração	185
6.2.1.	Teoria do órgão	186
6.2.2.	Classificação dos órgãos.....	188
6.3.	Estrutura indireta da Administração	189
6.3.1.	Noções gerais.....	189
6.4.	Integrantes.....	193
6.4.1.	Autarquias.....	193
6.4.2.	Agências reguladoras.....	195
6.4.2.1.	Natureza e regime jurídico	195
6.4.2.2.	Espécies.....	199
6.4.2.3.	Associações públicas	200
6.4.2.4.	Conselhos profissionais	201
6.4.2.5.	Da peculiar situação da OAB	201
6.4.3.	Fundações.....	202
6.4.4.	Fundações públicas com personalidade jurídica de direito público	204
6.4.5.	Fundações públicas com personalidade jurídica de direito privado	205
6.4.6.	Agências executivas.....	208
6.4.7.	Empresas públicas	210
6.4.8.	Sociedades de economia mista	216
6.4.9.	As empresas públicas e sociedades de economia mista na Lei n. 13.303/2016 ...	222
6.4.9.1.	Definições	223
6.4.9.2.	Destinatários	223
6.4.9.3.	Da função social da empresa pública e da sociedade de economia mista	226
6.4.9.4.	Da nomeação dos seus dirigentes	227
6.4.9.5.	Das limitações quanto a despesas com publicidade e patrocínio	229
6.4.9.6.	Das sanções incidentes sobre as empresas públicas e sociedades de economia mista	229
6.5.	Quadros sinóticos.....	231
6.6.	Súmulas sobre estrutura da Administração Pública	233
6.6.1.	Súmulas do STF	233

6.6.2.	Súmula vinculante.....	234
6.6.3.	Súmulas do STJ.....	234
6.7.	Questões	<i>online</i>
7.	TERCEIRO SETOR.....	237
7.1.	Organizações sociais.....	238
7.2.	Serviços sociais autônomos	240
7.3.	Organizações da sociedade civil de interesse público	242
7.4.	Das parcerias voluntárias: Lei n. 13.019/2014	246
7.4.1.	Dos objetivos e dos destinatários.....	246
7.4.2.	Do objeto	246
7.4.3.	Das organizações da sociedade civil	247
7.4.4.	Dos instrumentos viabilizadores das parcerias	248
7.4.5.	Forma de escolha: chamamento público	249
7.4.6.	Da publicidade.....	249
7.4.7.	Do controle de resultados e monitoramento	250
7.4.8.	Das contratações diretas.....	250
7.4.9.	Inaplicabilidade da Lei de Licitações	250
7.5.	Quadro sinótico	251
7.6.	Súmulas sobre terceiro setor.....	252
7.6.1.	Súmula do STJ	252
7.6.2.	Súmula do STF	252
7.7.	Questões	<i>online</i>
8.	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	253
8.1.	Serviços públicos.....	253
8.1.1.	Definição	253
8.1.2.	Princípios relacionados à prestação de serviços públicos.....	254
8.1.2.1.	Princípio da continuidade do serviço público	254
8.1.2.2.	Princípio da mutabilidade do regime jurídico.....	257
8.1.2.3.	Princípio da modicidade das tarifas	257
8.1.2.4.	Princípio da generalidade	258
8.1.3.	Formas de prestação de serviços públicos.....	259
8.1.4.	Formas de remuneração	264
8.1.5.	Código de defesa dos usuários de serviços públicos.....	265
8.2.	Quadro sinótico	266
8.3.	Súmulas sobre serviços públicos	267
8.3.1.	Súmulas vinculantes	267
8.3.2.	Súmula do STF	267
8.3.3.	Súmula do STJ	267
8.4.	Questões	<i>online</i>
9.	CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	269
9.1.	Perfil constitucional	269
9.2.	Disciplina infraconstitucional — Lei n. 8.987/95	272
9.2.1.	Noções gerais.....	272
9.2.2.	Definições.....	273

9.2.3.	Serviço público adequado.....	275
9.2.4.	Política tarifária.....	277
9.2.5.	Responsabilidade dos concessionários e permissionários.....	280
9.2.6.	Subconcessões e contratos com terceiros.....	284
9.2.7.	Encargos do Poder concedente e do concessionário.....	286
9.2.8.	Intervenção.....	286
9.2.9.	Formas de extinção.....	287
9.2.9.1.	Termo.....	287
9.2.9.2.	Encampação.....	287
9.2.9.3.	Caducidade.....	288
9.2.9.4.	Rescisão.....	288
9.2.9.5.	Anulação.....	289
9.2.9.6.	Falência.....	289
9.2.9.7.	Extinção e falecimento.....	290
9.2.10.	Consequências da extinção das concessões: a reversão de bens e a reassunção de serviço.....	290
9.3.	Diferenças entre concessões e permissões.....	291
9.4.	Quadro sinótico.....	292
9.5.	Súmulas sobre concessões e permissões de serviços públicos.....	293
9.5.1.	Súmulas vinculantes.....	293
9.5.2.	Súmula do STF.....	293
9.5.3.	Súmula do STJ.....	293
9.6.	Questões.....	online
10.	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	295
10.1.	Parcerias público-privadas.....	295
10.1.1.	Definição e modalidades.....	295
10.1.2.	Competência para legislar e abrangência.....	297
10.1.3.	Limites.....	298
10.1.4.	Diretrizes.....	299
10.1.5.	Garantias oferecidas ao parceiro privado.....	300
10.1.6.	Licitação.....	301
10.1.6.1.	Regras gerais.....	301
10.1.6.2.	Regras específicas sobre licitações nas PPPs.....	302
10.1.7.	Sociedade de propósito específico.....	303
10.1.8.	Cláusulas essenciais dos contratos de PPPs.....	304
10.1.9.	Da Lei n. 13.448, de 5 de junho de 2017.....	306
10.1.10.	Da Lei n. 13.529, de 4 de dezembro de 2017.....	308
10.2.	Quadro sinótico.....	309
10.3.	Questões.....	online
11.	LICITAÇÕES — LEI N. 14.133/2021.....	311
11.1.	Noções gerais.....	311
11.2.	Competência.....	316
11.3.	Vigência e regime de transição.....	318
11.4.	Aplicabilidade da nova lei.....	320
11.5.	Alterações legislativas.....	321
11.5.1.	No Código de Processo Civil.....	321

11.5.2.	Revogação da legislação em vigor.....	322
11.5.3.	No Código Penal.....	322
11.5.4.	Das concessões, permissões e PPPs.....	323
11.6.	Princípios das licitações.....	323
11.7.	Dos agentes públicos.....	329
11.7.1.	Das definições.....	329
11.7.2.	Agente e comissão de contratação.....	330
11.7.2.1.	Responsabilidade pelos atos praticados.....	331
11.8.	Dos objetivos da licitação.....	333
11.8.1.	Elenco.....	333
11.8.2.	Publicidade e transparência das licitações.....	334
11.8.3.	Participação nas licitações: possibilidades e proibições.....	334
11.9.	Fases da licitação.....	336
11.9.1.	Noções gerais.....	336
11.9.2.	Fase preparatória.....	337
11.9.3.	Edital.....	338
11.9.4.	Fase de propostas e lances.....	339
11.9.5.	Fase de julgamento.....	340
11.9.6.	Fase de habilitação.....	341
11.9.7.	Fase recursal única.....	343
11.9.8.	Do encerramento da licitação.....	344
11.10.	Modalidades de licitação.....	345
11.10.1.	Noções gerais.....	345
11.10.2.	Modalidades.....	346
11.10.2.1.	Concorrência.....	346
11.10.2.2.	Concurso.....	347
11.10.2.3.	Leilão.....	347
11.10.2.4.	Pregão.....	348
11.10.2.5.	Diálogo competitivo.....	348
11.11.	Critérios de julgamento.....	350
11.11.1.	Critérios.....	350
11.11.2.	Particularidades de cada critério.....	350
11.12.	Instrumentos auxiliares às licitações.....	352
11.12.1.	Noções gerais.....	352
11.12.2.	Modalidades.....	352
11.12.2.1.	Credenciamento.....	352
11.12.2.1.1.	O Sistema de Compras Expressas (Sicx).....	353
11.12.2.2.	Pré-qualificação.....	355
11.12.2.3.	Procedimento de manifestação de interesse.....	355
11.12.2.4.	Sistema de registro de preços.....	355
11.12.2.5.	Do registro cadastral.....	356
11.13.	Das compras, das obras e serviços de engenharia e dos serviços em geral.....	357
11.13.1.	Localização.....	357
11.13.2.	Das compras.....	357
11.13.3.	Das obras e serviços de engenharia.....	359
11.13.4.	Dos serviços em geral.....	360
11.14.	Das contratações diretas.....	361
11.14.1.	Noções gerais.....	361

11.14.2. Modalidades	363
11.14.2.1. Inexigibilidade de licitação	363
11.14.2.2. Licitação dispensável	367
11.14.2.2.1. Baixo valor	367
11.14.2.2.2. Emergência	368
11.14.2.2.3. Licitação deserta e fracassada	369
11.14.2.2.4. Aquisição de medicamentos	369
11.14.2.2.5. Equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas	369
11.14.2.3. Licitação dispensada	370
11.15. Das licitações na Lei n. 13.303/2016 (Responsabilidade das Estatais)	371
11.15.1. Da exigência de licitação e dos casos de dispensa e de inexigibilidade (arts. 28 a 30)	372
11.15.2. Disposições de caráter geral sobre licitações e contratos (arts. 31 a 41)	372
11.15.3. Das normas específicas para obras e serviços (arts. 42 a 46)	373
11.15.4. Das normas específicas para aquisição de bens (arts. 47 e 48)	374
11.15.5. Das normas específicas para alienação de bens (arts. 49 e 50)	375
11.15.6. Do procedimento de licitação (arts. 51 a 62)	375
11.16. Quadro sinótico	377
11.17. Questões	online
11.18. Capítulo extra — Licitações — Lei n. 8.666/93	online
12. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS — LEI N. 14.133/2021	379
12.1. Definição e regime jurídico	379
12.1.1. Cláusulas exorbitantes	379
12.1.2. Cláusulas essenciais	382
12.1.3. Da eficácia	383
12.1.4. Das garantias	383
12.2. Da alocação de riscos	384
12.3. Da duração dos contratos	385
12.4. Execução dos contratos	386
12.5. Alterações nos contratos	391
12.6. Hipóteses de extinção dos contratos	393
12.7. Do recebimento dos contratos	394
12.8. Dos pagamentos	395
12.9. Da nulidade dos contratos	396
12.10. Dos meios alternativos de resolução de controvérsias	398
12.11. Das infrações e sanções administrativas	398
12.11.1. Noções gerais	398
12.11.2. Das sanções	399
12.11.3. Da prescrição	401
12.11.4. Apreciação conjunta das infrações administrativas	401
12.11.5. Desconsideração da personalidade jurídica	402
12.11.6. Publicidade das sanções	402
12.11.7. Reabilitação do licitante ou contratado	402
12.12. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos	403
12.12.1. Da legitimidade e dos prazos	403
12.12.2. Dos recursos	404

12.12.3. Do pedido de reconsideração.....	405
12.12.4. Das sanções administrativas.....	405
12.13. Controle das contratações.....	406
12.13.1. Das linhas de defesa.....	406
12.13.2. Do controle preventivo e repressivo.....	406
12.13.3. Dos tribunais de contas.....	406
12.13.4. Do portal nacional de contratações públicas.....	407
12.13.4.1. Objetivos.....	407
12.13.4.2. Natureza das informações.....	408
12.13.4.3. Acesso às informações.....	408
12.14. Convênios e consórcios.....	409
12.15. Consórcios públicos.....	410
12.16. Contratos na Lei n. 13.303/2016.....	414
12.17. Quadro sinótico.....	417
12.18. Questões.....	<i>online</i>
12.19. Capítulo extra — Contratos Administrativos — Lei n. 8.666/93.....	<i>online</i>
13. RESPONSABILIDADE DO ESTADO.....	421
13.1. Definição e desdobramentos.....	421
13.1.1. Dano certo.....	421
13.1.2. Dano especial.....	421
13.1.3. Dano anormal.....	421
13.1.4. Agentes públicos.....	422
13.1.5. Atuação na qualidade de agente público.....	422
13.2. Evolução histórica.....	423
13.2.1. Irresponsabilidade.....	423
13.2.2. Responsabilidade subjetiva.....	423
13.2.3. Responsabilidade objetiva.....	424
13.2.3.1. Risco integral.....	425
13.2.3.2. Risco administrativo.....	425
13.3. Responsabilidade do estado no Brasil.....	426
13.3.1. Evolução histórica.....	426
13.3.2. Perfil atual.....	428
13.3.2.1. Danos resultantes da prestação de serviços públicos.....	428
13.3.2.1.1. Da ação regressiva contra o agente causador do dano....	430
13.3.2.1.2. Da prescrição.....	431
13.3.2.1.3. Da prescrição para a propositura de ação regressiva.....	433
13.3.2.2. Responsabilidade do Estado resultante de omissão.....	434
13.3.2.3. Dos danos resultantes de exploração de atividades econômicas.....	438
13.3.2.4. Da amplitude do tema ao nível da jurisprudência dos nossos tribunais...	440
13.4. Pontos polêmicos.....	445
13.4.1. Denúnciação da lide.....	445
13.4.2. Atos legislativos e judiciais.....	446
13.4.3. Responsabilidade por dano nuclear e ambiental.....	448
13.4.4. Responsabilidade por danos resultantes de atentados terroristas.....	450
13.4.5. Notários.....	451
13.4.5.1. Da natureza da atividade notarial.....	451

13.4.5.2. Da responsabilidade dos notários	452
13.4.5.3. Da substituição do notário ou registrador por preposto	454
13.5. Quadro sinótico	455
13.6. Súmulas sobre responsabilidade do Estado	457
13.6.1. Súmula vinculante	457
13.6.2. Súmulas do STJ	457
13.7. Questões	<i>online</i>
14. SERVIDORES PÚBLICOS	459
14.1. Noções gerais	459
14.2. Legitimidade para ingresso	460
14.3. Forma de ingresso	462
14.3.1. Da necessidade de aprovação em concurso público	462
14.3.2. Provas e títulos	465
14.3.3. Idade	467
14.3.4. Da participação feminina	470
14.3.5. Investigação social	470
14.3.6. Nomeação e posse	473
14.3.6.1. Prazo de validade do concurso e nomeação	474
14.3.6.2. Da posse	481
14.3.6.3. Do efetivo exercício das atribuições	481
14.3.6.4. Competência para apreciar ilegalidades na fase pré-contratual	481
14.3.7. Extensão da regra geral para candidatos portadores de necessidades especiais e dos afrodescendentes	482
14.3.8. Extensão para a Administração direta e indireta	487
14.3.9. Exceções à regra geral	488
14.3.9.1. Cargos em comissão	488
14.3.9.2. Contratações temporárias	490
14.3.9.3. Cargos políticos	493
14.3.9.4. Agentes de combates às endemias	493
14.3.10. Competência para a apreciação de ilegalidades na fase contratual	494
14.3.11. Estágio probatório	496
14.4. Estabilidade	498
14.4.1. Definição, aquisição e extensão	498
14.4.2. Extinção do cargo do servidor estável	500
14.4.3. Estabilidade x vitaliciedade	501
14.4.4. Hipóteses de perda do cargo pelo servidor estável	502
14.4.5. Estabilidade atípica	504
14.4.6. Estabilidade extraordinária	504
14.5. Remuneração	505
14.5.1. Sistemas de remuneração	505
14.5.2. Teto de remuneração	509
14.5.3. Exceções ao teto	511
14.5.4. Subtetos	513
14.5.5. Revisão da remuneração	515
14.5.6. Equiparação	516
14.5.7. Irredutibilidade de vencimentos	520
14.5.8. Natureza da remuneração	521

14.5.9.	Piso de remuneração.....	521
14.5.10.	Redução de jornada e remuneração inferior ao salário mínimo.....	521
14.6.	Acumulação remunerada.....	523
14.7.	Regime jurídico único.....	529
14.8.	Direito de greve e de sindicalização.....	530
14.8.1.	Do direito de greve.....	530
14.8.2.	Direito de sindicalização.....	536
14.9.	Regime de aposentadoria.....	537
14.9.1.	Regras gerais.....	537
14.9.2.	Critério: tempo de contribuição.....	538
14.9.3.	Destinatários.....	538
14.9.4.	Ampliação de autonomia para as esferas de governo estadual, municipal e distrital.....	539
14.9.5.	Teto para o valor das aposentadorias.....	539
14.9.6.	Reajuste de proventos e pensões.....	539
14.9.7.	Hipóteses de aposentadoria.....	539
14.9.7.1.	Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.....	540
14.9.7.2.	Aposentadoria compulsória.....	540
14.9.7.3.	Aposentadoria voluntária.....	541
14.9.7.4.	Aposentadorias especiais.....	542
14.9.7.5.	Acumulação de aposentadorias.....	545
14.9.7.6.	Rompimento de vínculo e complementação de aposentadorias.....	546
14.9.7.7.	Manutenção aposentadorias e de pensão a ex-governadores, ex-prefeitos e a seus dependentes.....	547
14.9.7.8.	Acumulação de proventos com vencimentos.....	547
14.10.	Direitos e deveres infraconstitucionais — Lei n. 8.112/90.....	548
14.10.1.	Regime disciplinar.....	549
14.10.2.	Da responsabilidade.....	549
14.10.3.	Penalidades.....	550
14.10.4.	Prazos de prescrição.....	551
14.10.5.	Instrumentos para apuração de irregularidades: sindicância e processo disciplinar.....	553
14.10.5.1.	Fases do processo disciplinar.....	555
14.10.6.	Procedimento disciplinar sumário.....	559
14.10.7.	Pedido de revisão.....	560
14.10.8.	Direitos e vantagens.....	563
14.10.9.	Das licenças.....	566
14.10.10.	Das hipóteses de provimento derivado de cargos públicos.....	569
14.10.11.	Da remoção do servidor.....	571
14.10.12.	Vacância dos cargos.....	573
14.10.13.	Regras sobre concursos públicos para a administração federal direta, autárquica e fundacional, estipuladas pelo Decreto n. 9.739/2019.....	574
14.10.14.	Novas regras para a nomeação de cargos e funções comissionadas.....	577
14.10.15.	A Lei n. 14.965/2024.....	578
14.11.	Quadro sinótico.....	579
14.12.	Súmulas sobre servidores públicos.....	582
14.12.1.	Súmulas do STF.....	582
14.12.2.	Súmulas vinculantes.....	583

14.12.3. Súmulas do STJ	584
14.13. Questões	<i>online</i>
15. DIREITO DE PROPRIEDADE	587
15.1. Perfil constitucional — localização e definição	587
15.1.1. Função social da propriedade	588
15.1.1.1. Da propriedade urbana	588
15.1.1.2. Da propriedade rural	590
15.2. Meios de intervenção na propriedade	593
15.2.1. Desapropriação	594
15.2.1.1. Definição e desdobramentos	594
15.2.1.2. Desapropriação clássica ou ordinária	594
15.2.1.3. Desapropriação extraordinária	596
15.2.1.4. Competência para legislar e desapropriar	597
15.2.1.5. Fases da desapropriação	598
15.2.1.5.1. Declaratória	598
15.2.1.5.1.1. Da retrocessão	601
15.2.1.5.2. Fase executória: inicial e contestação	605
15.2.1.5.3. Da imissão provisória na posse	606
15.2.1.5.4. Fase de instrução	608
15.2.1.5.5. Da sentença	608
15.2.1.6. Modalidades	611
15.2.1.6.1. Desapropriação por zona	611
15.2.1.6.2. Desapropriação para industrialização ou urbanização ...	611
15.2.1.6.3. Desapropriação indireta	612
15.2.2. Confisco	615
15.2.3. Requisição	618
15.2.4. Ocupação	619
15.2.5. Limitação administrativa	619
15.2.6. Servidão administrativa	620
15.2.7. Tombamento	620
15.2.8. Meios de intervenção na propriedade regulados pelo Estatuto da Cidade — Lei n. 10.257/2001	623
15.2.8.1. Direito de superfície	623
15.2.8.2. Direito de preempção	624
15.2.8.3. Outorga onerosa do direito de construir	624
15.2.8.4. Operações urbanas consorciadas	624
15.2.8.5. Estudo de impacto de vizinhança	625
15.3. Quadro sinótico	626
15.4. Súmulas sobre direito de propriedade	627
15.4.1. Súmulas do STF	627
15.4.2. Súmulas do STJ	628
15.5. Questões	<i>online</i>
16. BENS PÚBLICOS	629
16.1. Definição	629
16.2. Classificação	631
16.3. Regime jurídico	633

16.3.1.	Inalienabilidade	633
16.3.2.	Impenhorabilidade	636
16.3.3.	Imprescritibilidade	642
16.3.4.	A não onerabilidade	643
16.4.	Uso dos bens públicos	644
16.4.1.	Autorização	645
16.4.2.	Permissão	646
16.4.3.	Concessão	646
16.4.4.	Concessão de direito real	646
16.4.5.	Cessão	647
16.5.	Espécies de bens	647
16.5.1.	Bens da União	647
16.5.1.1.	Modalidades	649
16.5.1.1.1.	Bens terrestres	649
16.5.1.1.2.	Bens aquaviários	649
16.5.1.1.3.	Subsolo	650
16.5.2.	Bens estaduais e os integrantes do patrimônio nacional	650
16.6.	Quadro sinótico	652
16.7.	Súmulas sobre bens públicos	653
16.7.1.	Súmulas do STF	653
16.7.2.	Súmula do STJ	653
16.8.	Questões	online
17.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	655
17.1.	Noções gerais	655
17.2.	Princípios	655
17.2.1.	Critérios de atuação e direitos dos administrados	657
17.3.	Etapas do processo administrativo	660
17.4.	Forma, tempo e lugar dos atos do processo	662
17.5.	Da instrução dos processos administrativos	663
17.6.	Da obrigação de decidir	663
17.7.	Dos recursos	664
17.8.	Do pedido de revisão	665
17.9.	Da anulação, revogação e convalidação	666
17.10.	Quadro sinótico	669
17.11.	Súmulas sobre processo administrativo	670
17.11.1.	Súmulas vinculantes	670
17.11.2.	Súmulas do STJ	670
17.12.	Questões	online
18.	ORDEM ECONÔMICA	671
18.1.	Noções gerais	671
18.1.1.	Lei n. 13.874/2019 (Liberdade econômica)	672
18.2.	Princípios	674
18.2.1.	Princípio da soberania nacional	675
18.2.2.	Princípio da propriedade privada e função social da propriedade	675
18.2.3.	Princípio da livre concorrência	676
18.2.4.	Princípio da defesa do consumidor	676

18.2.5.	Princípio da defesa do meio ambiente	677
18.2.5.1.	Diretrizes constitucionais	677
18.2.6.	Princípio da redução das desigualdades regionais e sociais	679
18.2.7.	Princípio da busca do pleno emprego	680
18.2.8.	Princípio do tratamento favorecido para empresas de pequeno porte	680
18.3.	Modos de atuação do Estado na economia	682
18.3.1.	Como explorador de atividade econômica	682
18.3.2.	Como prestador de serviços públicos	684
18.3.3.	Como executor de atividades monopolísticas	685
18.3.4.	Como agente normativo e regulador	686
18.4.	Quadro sinótico	688
18.5.	Súmulas sobre intervenção do Estado na ordem econômica	688
18.5.1.	Súmulas vinculantes	688
18.5.2.	Súmulas do STJ.....	688
18.6.	Questões	online
19.	FORMAS DE CONTROLE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO	691
19.1.	Noções gerais	691
19.1.1.	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)	691
19.2.	Das modalidades	695
19.2.1.	Controle interno.....	695
19.2.1.1.	Controle de ofício.....	695
19.2.1.2.	Por provocação de terceiros	696
19.3.	Controle externo.....	699
19.3.1.	Controle pelo Legislativo (político).....	700
19.3.2.	Controle pelo Legislativo (financeiro).....	701
19.3.2.1.	Dos Tribunais de Contas	701
19.4.	Controle judicial — Noções gerais	707
19.4.1.	<i>Habeas corpus</i>	708
19.4.1.1.	Histórico.....	708
19.4.1.2.	Objeto e partes	709
19.4.1.3.	Competência.....	710
19.4.1.4.	<i>Habeas corpus</i> preventivo e liberatório	711
19.4.1.5.	O caso Olga Benário Prestes.....	711
19.4.2.	<i>Habeas data</i>	712
19.4.2.1.	Objeto	713
19.4.2.2.	Partes.....	714
19.4.2.3.	Esgotamento das vias administrativas	715
19.4.2.4.	Competência.....	715
19.4.3.	Mandado de segurança	717
19.4.3.1.	Mandado de segurança individual.....	717
19.4.3.1.1.	Objeto.....	717
19.4.3.1.2.	Partes.....	719
19.4.3.1.3.	Liminar.....	721
19.4.3.1.4.	Prazo.....	722
19.4.3.2.	Mandado de segurança coletivo.....	723
19.4.3.2.1.	Objeto.....	723
19.4.3.2.2.	Legitimidade ativa, sentença e liminar	723

	19.4.3.2.3. Considerações finais.....	725
	19.4.3.2.4. Principais enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal.....	725
19.4.4.	Mandado de injunção.....	730
19.4.4.1.	Objeto	730
19.4.4.2.	Origem.....	730
19.4.4.3.	Pressupostos	731
19.4.4.4.	Partes	732
19.4.4.5.	Competência.....	732
19.4.4.6.	Natureza e efeitos da decisão.....	732
19.4.4.7.	Do mandado de injunção coletivo	733
19.4.4.8.	Mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	734
19.4.5.	Ação popular.....	736
19.4.5.1.	Conceito.....	736
19.4.5.2.	Objeto	736
19.4.5.3.	Pressupostos	737
19.4.5.4.	Partes	738
19.4.5.5.	Competência.....	739
19.4.5.6.	Liminar.....	739
19.4.5.7.	Efeitos da decisão.....	739
19.4.6.	Ação civil pública	741
19.4.6.1.	Objeto	741
19.4.6.2.	Partes	741
19.4.6.3.	Das decisões interlocutórias e da sentença.....	743
19.4.7.	Ação popular e ação civil pública.....	744
19.5.	Quadro sinótico	747
19.6.	Súmulas sobre formas de controle sobre a administração	748
19.6.1.	Súmulas do STF	748
19.6.2.	Súmulas do STJ	750
19.7.	Questões	online

Referências	753
-------------------	-----